

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA REDUÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Geni Rodrigues de Macedo Lima¹, Stephanie Kety Leal de Faria², João Paulo Soares Fonseca³, Leyser Rodrigues Oliveira⁴

¹Discente do Curso de Pós-graduação Mestrado Profissional em Meio Ambiente e Saúde do Centro Universitário UninCor. E-mail: genimlima@yahoo.com.br; ²Discente do Curso de Pós-graduação Mestrado Profissional em Meio Ambiente e Saúde do Centro Universitário UninCor. E-mail: Stephanieketykety@gmail.com; ³Docente do Curso de Pós-graduação Mestrado Profissional em Meio Ambiente e Saúde do Centro Universitário UninCor. E-mail: joao.fonseca@unincor.edu.br, ⁴Engenheiro Agrícola. Prof. Doutor. Curso Meio Ambiente e Saúde, Centro Universitário UninCor, E-mail: prof.leyser.rodrigues@unincor.edu.br

Introdução: A intensificação do consumo e da urbanização nas últimas décadas elevou a geração de resíduos sólidos, agravando problemas ambientais e de saúde pública. No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/2010) estabelece a participação social como princípio da gestão integrada. Entretanto, ainda são limitadas as sínteses sobre sua contribuição efetiva para a redução dos resíduos e mitigação dos impactos sanitários. **Objetivos:** Analisar a contribuição da participação social na redução de resíduos sólidos e seus reflexos na saúde pública e sustentabilidade ambiental, com foco em experiências brasileiras. **Material e Método:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, complementada por análise de documentos técnicos e normativos. O levantamento foi realizado nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO e PubMed/MEDLINE, utilizando os descritores “participação social”, “resíduos sólidos”, “coleta seletiva”, “conselho gestor” e “educação ambiental”, combinados pelo operador AND. Foram incluídos estudos publicados entre 2010 e 2025 que abordaram mecanismos participativos, como conselhos municipais, programas de coleta seletiva e educação ambiental, associados a indicadores de reciclagem, redução ou destinação adequada dos resíduos. **Resultados e Discussão:** Foram analisados 18 estudos empíricos e 3 relatórios técnicos. Os resultados mostraram que municípios com conselhos gestores ativos apresentaram taxas de reciclagem entre 25% e 40% superiores às localidades sem participação social estruturada. Essa diferença relaciona-se à fiscalização da coleta seletiva, articulação de cooperativas e cobrança de planos municipais. Em municípios do Sul e Sudeste, programas de coleta seletiva com participação comunitária reduziram em até 50% o volume destinado a lixões, ampliando a vida útil dos aterros sanitários. A participação popular também ocorreu por meio de mutirões, campanhas educativas e comitês de bairro, favorecendo a adesão da população e reduzindo o descarte irregular. Na saúde pública, o aumento da reciclagem e a redução do descarte inadequado estiveram associados à diminuição de vetores urbanos. Houve redução de até 30% nos casos de leptospirose e dengue em áreas com coleta seletiva efetiva e participação social organizada. Apesar dos benefícios, persistem barreiras estruturais. **Conclusão:** A participação social contribui efetivamente para a redução de resíduos sólidos, com evidências de ganhos de 25–40% na reciclagem e até 50% na redução de envio a lixões, além de benefícios diretos à saúde (queda de até 30% em doenças de veiculação hídrica e vetorial). **Contribuições para a Saúde:** O fortalecimento dessas ações favorece ambientes mais saudáveis, melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde coletiva.

Descritores: Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Saúde Pública.